

## INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Joelma dos Santos Torres<sup>1</sup>  
Cristina Valentim Lira<sup>2</sup>  
Lydiane Gonçalves da Silva<sup>3</sup>  
Ramôn da Silva Santos<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as dificuldades encontradas na inclusão de alunos autistas em sala de aula. Percebe-se que o auxílio voltado para a educação especial ainda não está completamente adequada, existem escolas que ainda não contam com profissionais preparados para lidarem com crianças diferentes em sala de aula, tudo reflexo de séculos passados onde virmos a deficiência como uma maldição, para que se obtivesse uma melhor compreensão foi realizado um levantamento histórico indispensável e de extrema importância para entender o que foi a inclusão na sociedade e como era visto o deficiente perante ela desde antiguidade até os dias de hoje. A pesquisa é qualitativa com caráter exploratório, tendo como objeto principal a consulta da vasta bibliografia existente sobre o assunto, através de observações concretizadas durante o convívio em escolas públicas do estado da Paraíba e por cursado disciplinas que se fala da grande dificuldade de inserção na sociedade desses indivíduos com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Autismo, inclusão e educação especial.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa é destinada à inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, onde se deu ênfase a partir das novas metodologias adotadas como as instituições, partiu-se a curiosidade em se aprofundar nos assuntos sobre autismo e entender como é o processo de assimilação dos mesmos, possibilitando assim, que outras pessoas se interessem pelo mesmo assunto e com as informações aqui elencadas possam ajudar.

A escola é obrigada a matricular, crianças com necessidades educativas especiais e, para que isso aconteça a escola tem o dever de estar devidamente preparada para que o ensino seja de qualidade e que este aluno autista seja acolhido e se desenvolva mostrando resultados positivos na sua aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Graduado pelo Curso de Educação Física do Centro universitário de João pessoa – UNIPÊ, Cursando Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, [joelmatorres8@gmail.com](mailto:joelmatorres8@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Pedagogia e Graduanda em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, [cristinavira02@gmail.com](mailto:cristinavira02@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, [lygds@hotmail.com](mailto:lygds@hotmail.com);

<sup>4</sup> Orientador: Msc. pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, [ramonjp@hotmail.com](mailto:ramonjp@hotmail.com).

Em busca de que a inclusão venha a ser compreendida, a construção desse artigo, realizou-se uma busca bibliográfica, esse procedimento metodológico foi adotado com o intuito de expor o que os autores pesquisam sobre a educação e a inclusão de crianças autista em ambiente escolar, bem como as suas percepções sobre a sua temática, a fim de compreender qual importância desse contato com os demais alunos, e como ela irá obter benefícios para os indivíduos autistas.

Muitos pesquisadores relatam sobre o autismo e tem a seguinte compressão, sendo o autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo à sua volta permanecendo em vez disso em seu universo interior, muitas vezes o grau de autismo não é identificado e os pais não aceitam que seus filhos são portadores da anomalia genética, que intriga e angustia as famílias nas quais se impõe.

Desta forma, a pessoa portadora de autismo, geralmente, tem uma aparência harmoniosa e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento, com bom funcionamento em algumas áreas enquanto outras se encontram bastante comprometidas, que se realizado o tratamento adequado pode-se ocorrer uma progressão no desenvolvimento, dependendo do grau do indivíduo.

Conclui-se que advém de consultas de vastas bibliografias existentes sobre o assunto espera-se que o presente estudo possa contribuir para que os professores possam cada vez mais buscar estratégias para a inclusão desenvolvam diferentes estratégias com alunos para que ocorra a inclusão de forma coerente.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é qualitativa com caráter exploratório, tendo como objeto principal a consulta da vasta bibliografia existente sobre o assunto, através de observações concretizadas durante o convívio em escolas públicas do estado da Paraíba e por cursado disciplinas que se fala da grande dificuldade de inserção na sociedade desses indivíduos com necessidades especiais.

## **DESENVOLVIMENTO**

Percebe-se que há muito tempo se vem trabalhado a inclusão na sociedade com pessoas portadoras de necessidades especiais, processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades sociais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997).

Entendendo que a inclusão é um tema que está amplamente discutido na sociedade atual; pesquisadores buscam a quebra de paradigmas, preconceitos e barreiras visando à igualdade de direitos e oportunidades. Assim indicando a importância que a inclusão no processo de socialização na formação do indivíduo é importante.

Ferreira (2005) relata que a caminhada que a inclusão sofreu durante os anos está se desenvolvendo e ainda se encontra em processo de desenvolvimento, andando em passos lentos, demorado e sendo muito difícil de alcançar por completo, mas hoje em dia existem muitos incentivos, principalmente dos pais que se interessam pelo assunto, por seus filhos terem um bom atendimento na sociedade e que não sejam vistos como pessoas incapazes de socializar.

Muitos se pegam pensativos no termo sobre a integração escolar, como lidar e como agir diante de alunos com necessidades especiais em sala de aula, no livro criado por Mantoan, intitulado como “Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?” ele descreve que a inclusão escolar é a forma de inserir os alunos deficientes em escolas comuns, deixando em contato com meios de acesso ao um sistema escolar seja ele em classe regular ou especial.

Segundo Mantoan (2006), na mesma proporção que a inclusão será realizada, ocorrerá a exclusão de alunos que não se adéqua a inserção em salas de aula comuns, sendo utilizado currículo diferente em seu atendimento, onde a integração representa o especial na educação. Visto por outro lado a inclusão escolar e a integração escolar são inconciliáveis, pois o primeiro termo exige uma inserção mais extrema e mais completa do que a segunda. Iniciando pela proposta de inclusão, todos os alunos frequentariam uma sala de aula comum do ensino regular, mesmo que os alunos com deficiência não possuam um atendimento e nem um currículo diferenciado dos demais.

A definição de autismo adotada pela AMA – Associação de Amigos do Autismo, para efeito de intervenção, é que o autismo é um distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades, dificuldades essas que influenciam no desenvolvimento da sala de aula, informações que podem ser vistas no site da AMA.

Muitas vezes podem-se encontrar crianças sem linguagem verbal e com dificuldade na comunicação; como se podem encontrar crianças que apresentam linguagem verbal, porém esta é repetitiva e não comunicativa. Pode se deparar com crianças com autismo apresentando um comportamento muito afetivo, geralmente esta aproximação segue um padrão repetitivo e não contém nenhum tipo de troca ou compartilhamento AMA (2010).

Em questão da sociabilização do autista, ele possui uma pobre consciência da outra pessoa, tendo a falta ou diminuição da capacidade de imitar, sendo influencia na possibilidade de se interagir com outros, sendo um dos pré-requisitos cruciais para o aprendizado AMA (2010). A dificuldade de criatividade na criança com autismo pode ser percebida por uma forma de brincar desprovida de criatividade e pela exploração peculiar de objetos e brinquedos. Uma criança que tem autismo pode passar horas a fio explorando a textura de um brinquedo. Em crianças que têm autismo e têm a inteligência mais desenvolvida, pode-se perceber a fixação em determinados assuntos, na maioria dos casos incomuns em crianças da mesma idade, como calendários ou animais pré-históricos, o que é confundido, algumas vezes, com nível de inteligência superior.

A Declaração de Salamanca criada em 1994, na Conferência Mundial de Educação assegura que o aluno possa obter igualdade de oportunidade e participação em sala de aula e sempre que possível estarem apreendendo juntos em um mesmo ambiente independente de qualquer diferença que ela possua.

De acordo com a Unesco (1994) é necessário que a escola mude completamente a sua forma de atendimento para que aos alunos com necessidades especiais ou não, sendo adequadas para receber os alunos especiais ou não, então Ferreira & Guimarães (2003) apresentar-se as mudanças que as escolas devem realizar para que os alunos com necessidades especiais ou não, sejam beneficiários. Assim “a política de inclusão, diferentemente da política de integração, coloca o ônus da adaptação na escola e no aluno, o que implica um total remanejamento e reestruturação da dinâmica da escola para atender a todos, sem distinção” (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p. 118).

Serra (2008) relata sobre diferentes adaptações à integração e à inclusão colocando a distinção entre dois termos esses que se a escola agir de modo diferente da integração, pois é a escola que se deve adequar-se para que os alunos sejam recebidos, eles com ou sem deficiência.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 o princípio da igualdade adotou direitos, prevendo a igualdade de possibilidades, onde todos os cidadãos têm o direito de tratamento com os critérios idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenado jurídico.

Então a igualdade se mostra como uma eficácia de modo que toda situação de desigualdade persistente à entrada em vigor da norma constitucional deve não ser recepcionada, não demonstrando compatibilidade com os valores que a constituição, assegurando como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, significando que todos os brasileiros são iguais em direitos e obrigações.

Segundo o Art. 58. Da Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, Entende-se por educação especial, que para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Então é estabelecido para a criança especial serviço de apoio especializado, na escola regular para atender as necessidades de educação especial, sendo feito o atendimento especial em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a inserção do aluno em sala de aula regular, tendo início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96) todas as pessoas portadoras de necessidades especiais têm direito à matrícula, sem discriminação de turnos, nas escolas regulares, com o objetivo de integrar equipes de todos os níveis e graus de ensino com as equipes de educação especial, em todas as residências administrativas pedagógicas do sistema educativo e desenvolver ações integradoras nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho.

O movimento pela inclusão abrange várias ações como, cultural, pedagógica, social e política, buscando o direito de todos os alunos poderem aprender, participar e estar juntos, sem qualquer tipo de exclusão. A educação inclusiva faz parte de um paradigma educacional que se fundamenta na concepção dos direitos humanos, que luta pela igualdade, e que avança em relação ao ideal de justiça nas circunstâncias que revelam exclusão dentro ou fora da instituição escolar. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008)

De acordo com o Decreto n° 6571, de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, Art. 1, Parágrafo 1), com o intuito de promover o acesso e participação de aprendizagem, transversalidade das ações da educação especial, fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem, assegurar condições para a continuidade de estudo nos demais níveis de ensino, esses objetivos direcionados aos alunos referidos no art. 1° 23.

Durante os anos a inclusão escolar obteve realmente avanços significativos, mais à necessidade de envolvimento político, institucional e familiar para que ocorram ainda mais avanços, continuando ocorrendo e com o pensamento voltado para a criança especial, aonde vem a lidar com crianças que são seres únicos, e que possuem sentimentos e expectativas e de forma alguma podemos desprezar os sentimentos dessas pessoas tão especiais.

Para tanto é necessário que a escola de ensino regular através de seu projeto pedagógico deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização, para que possa funcionar corretamente, é necessário que obtenha uma sala de recursos multifuncionais, matricula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outras, cronograma de atendimento dos alunos, plano do AEE, professores para o exercício de docência do AEE, outros profissionais da educação, redes de apoio no âmbito da atuação profissional (BRASIL, 2009, Art.10).

O AEE é então um reforço para o ensino regular e não seu substituto, pois de acordo com a Resolução n° 4 de 2009, o aluno do AEE deve-se ter o acesso a sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra, no turno inverso da escolarização, esse atendimento podendo ser realizado também no centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, Art.5).

Assim, com as normas estabelecidas o acesso dos alunos às salas de aulas é para que não sejam apenas em salas regulares e sim que disponham de uma sala exclusiva de recursos multifuncionais, onde serão formadas aulas diferenciadas para que o seu processo de desenvolvimento propondo-se complementar a formação dos alunos com objetivo de buscar



autonomia na escola e fora dela e à melhoria da qualidade das respostas educativas que a escola pode oferecer e naturalmente facilitando o processo da aprendizagem.

Os autistas apresentam comportamento diferenciado das outras crianças e com interesses em atividades repetitivas, dessa maneira “hoje é uma verdadeira revolução o fato de que as crianças autistas tenham o direito à educação e a serem educadas em escolas regulares, nas quais são considerados alunos com necessidades educacionais especiais” (SECADAS, 2007, p. 221). Torna-se um verdadeiro desafio o aprendizado dessas crianças, sabendo-se que o aprendizado só será possível, se o currículo da escola se adaptar as necessidades individuais de cada um.

É necessário que além de frequentar a sala regular, o autista possuir o auxílio de profissionais qualificados e matérias pedagógico que ajudem no seu desenvolvimento. Forest e Pearpoint mostram que à inclusão não é um processo fácil, como pensam, mais pelo contrario ela se torna complexo. De acordo com o que eles frisam a “inclusão trata de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com nossa moralidade” (1997, p. 138).

Por ter o comportamento diferente, o cuidado que deve ser tomado com crianças portadoras de autismo na sala de aula será redobrado ao de comparação a uma criança normal, será direcionado um professor específico para o cuidado, para que seja incluída nas atividades escolares, pois eles não têm o comportamento igual às de outras crianças da sala de aula e requer atenção redobrada, as características do autismo variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo, existem crianças que conseguem se desenvolver de acordo com o ensino, primeiro vem à adaptação como ambiente, que será indispensável para que a criança possa colocar em pratica o seu desenvolvimento, é necessário ter professores capacitados na área, para que o estímulo adequado seja lançado, sabendo que o desenvolvimento será mais lento do que as crianças normais.

Mello (2007, pag. 35) relata que existem métodos de intervenção voltados ao autista, ajudando e o preparando, e um deles é o TEACH que foi desenvolvido nos anos 60, pelo Dr. Eric Schoppler, no departamento de psiquiatria da faculdade de medicina da universidade Carolina do Norte, Estados Unidos, hoje sendo assumido pelo Dr. Gary Mesibov, e sendo hoje utilizado em muitas partes do mundo.

O método utiliza uma avaliação chamada PEP-R (perfil psicoeducacional revisado) que analisará o aluno, levando em conta os seus pontos fortes e suas maiores dificuldades, tornando possível um programa individualizado.

Mello (2007 pag.36) ressalta que o TEACH se baseia na organização do ambiente físico através de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas, a fim de adaptar o ambiente para facilitar a compreensão da criança.

Dentro deste exemplo, é constituído um plano terapêutico individual, onde cada criança terá uma programação diária, utilizados a partir de objetos concretos e passando gradativamente para modelos representacionais e simbólicos, respeitando as limitações do aluno. Com a utilização correta do TEACH pode-se ajudar várias crianças a se desenvolver e conseguir resultados acima do esperado, seguindo o método e voltados para as características de cada criança.

Em relação a crítica ao TEACCH, está se referindo que é através de método que se pode ajudar as crianças a progredirem, e conseguirem construir algo de significativo para eles. Mello (2007, pag. 36) ainda relata que foi conseguido alcançar resultados acima do esperado “não de forma súbita e milagrosa, mas como fruto de um trabalho demorado e sempre voltado para as características individuais de cada criança”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A inclusão possibilitara ao aluno estratégias pedagógicas diferentes que serão aplicadas individualmente, possibilitando que o mesmo obtenha acesso ao conhecimento cultural, social e à vida produtiva. Podendo se ter acesso e se relacionar ao espaço inclusivo da vida em sociedade, sendo aceito e acolhido por suas diversidades, onde a força para ocorra a evolução em conjunto, possibilidades essas que surgiram na inclusão escolar, pois o contato direto com várias etnias possibilitara a evolução desse processo.

Muitos veem as pessoas com Necessidade especiais como indivíduos doentes e incapazes de executar certa atividade, mais não percebem que eles têm uma forma de aprendizado diferente dos outros, estando sempre em situações de maior desvantagem em relação à população, sendo vistos como pessoas que necessitam de caridade e de assistência social. Se a criança começar a se socializar com os estímulos corretos a grande possibilidade de poder ter uma vida normal, dentro de seus limites, na companhia de outras pessoas, e a



inclusão ficara ainda fácil para o profissional onde eles já iram estar com os estímulos iniciados e faltando apenas o acompanhamento adequado, se dessa forma os programas educacionais começarem desde cedo a adequar as crianças com autismo nesse meio, elas poderão se desenvolver na parte cognitiva e será mais meiga e doce podendo se socializar com outros, com a ajuda dos pais ou pais substitutos como primeiros professores, então se começa em casa o processo de adaptação.

Desta maneira a escolarização exerce um papel fundamental na vida do autista, além de contribuir como fonte de conhecimento ajuda na distração do autista de forma que seja visto de forma positiva no âmbito escolar e ele com o conhecimento recebido possa progredir, com isso as crianças iram frequentar e conhecer o ambiente e se adaptarem, independente dele esta em sala regular ou não.

É notado que a inclusão se torna necessário também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como dialogos com as análises referidas ao longo do resumo.

Vigotsky (1994) afirma que a criança se desenvolve primeiramente por nível social e posteriormente em nível social, desta forma o desenvolvimento cultural acontecerá e estando no meio da sociedade possibilitará o autista a se socializar e de adaptar a sociedade. Então a convivência no âmbito escolar possibilitara mil e uma possibilidades do autista de sair do seu mundo e vivenciar a realidade que o grupo ira lhe oferecer.

Desta forma para que ocorra uma aprendizagem efetiva por parte do aluno autista, se faz necessário que o professor esteja disposto a mudar suas concepções de ensino aprendizagem, e reconhecer que a inclusão deste no ensino regular trará a ele e aos demais alunos os benefícios de uma nova visão sobre o mundo e as pessoas.

Assim a primeira tomada de decisão é adaptar a criança a turma para que ele não fique sendo visto como um incapaz que ninguém pode chegar perto dele, explicará para a turma que em sala se tem um coleguinha que necessitas de cuidados e que toda a turma deverá ajudar no decorrer do convívio, fazendo que todos cuide uma forma amorosa, com esse processo a crianças poderão se adaptar e conseguir conviver mesmo sendo subsensíveis, onde não conseguem esta em ambientes fechados, não podem sentir dor ou temperaturas extremas.

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação que poderá ser feitas com as crianças. Desta maneira deveria ser efetivado no processo de formação dos profissionais da educação, principalmente os professores que atuam no ensino infantil que estão presentes no início da vida escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possuiu o objetivo de apresentar para sociedade escolar o que é o autismo, e como são as suas classificações atualmente, apresentando como o aluno autista pode ser incluído no âmbito escolar.

Hoje em dia, notam-se certas mudanças em relação à inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade, mesmo estando em pleno século XXI ainda surge muito preconceito em relação a incluir. O contexto histórico mostra que a caminhada para que a inclusão fosse aceita foi grande e que muitos sofreram, mais hoje tem leis que asseguram a permanência de alunos em sala de aula e com assistência de qualidade, Com essas mudanças ocorridas durante os tempos, às leis foram implantadas e fizeram a diferença através na vida das pessoas com necessidades especiais, hoje se pode notar que tudo mudou, mas ainda precisa-se que as pessoas entendam um pouco mais das diferenças.

A escola é um espaço onde se prepara para o futuro, encontra-se várias pessoas de diferentes comportamentos e que ocorrera a adaptação através da convivência, e através dela os demais poderão ver que é possível se socializar e esse espaço proporcionara a valorização da igualdade existente na sala de aula, fazendo com que cresçam adultos com pensamentos diferentes, com aceitação de varias diversidades.

O ambiente escolar também deve oferecer melhores condições, professores qualificados e implantar a inclusão na escola de forma positiva, para que os preconceitos não se façam presentes e que tenha igualdade para todos, como bem preleciona a Constituição Federal, além do mais, professor que atua na escola com a criança autista em sala de aula se torna desafiador, pois necessita que ele se empenhe para que conheça bem as suas dificuldades para que possa adaptar as atividades pedagógicas as suas rotinas e a maioria das crianças o único acesso ao conhecimento é na escola, é onde pode ser proporcionadas

condições para se desenvolver e se tornar um cidadão em sociedade.

Desta forma, foram apresentados métodos de intervenção pedagógica para os professores consigam fornecer atividades que poderão ser utilizadas como estratégias de inclusão para o dia-a-dia do aluno autista na escola do ensino regular, agindo com intuito de desenvolver o lado cognitivo e social do aluno.

Conclui-se que é necessário fazer um análise de cada aluno, pois iremos nos deparar com uma imensa diversidade em sala de aula e para lidar com autistas, o professor deverá está preparado e com suporte necessário, conhecendo as características de cada indivíduo para ser inserido na sociedade escolar e os dois lados possam angariar resultados exitosos.

## REFERÊNCIAS

AMA BLUMENAU. Blog Spot 2010. Acesso: 08 de maio de 2019. URL: <http://amablumenau.blogspot.com.br/p/qual-o-perfil-de-nossos-filhos.html>

BRASIL. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001.  
FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 3 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. MEC; SEEP; 2009.

FERREIRA, Marcia Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOREST, M., PEARPOINT, J. (1997). Inclusão: um panorama maior. In M. T. E. Mantoan, et al. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema (p.138). São Paulo: Memnon.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MELLO, Ana Maria S. Rios. Autismo: guia prático. 7ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SECADAS, Celedonio Castanedo. Autismo Infantil: avaliação e intervenção psicopedagógica. In: GONZÁLEZ, Eugenio. Necessidades educacionais específicas. Porto alegre: Artmed, 2007, cap. 11.

SERRA, D. A educação de alunos autistas: Entre os discursos e as práticas inclusivas das escolas regulares. Revista Eletrônica Polêmica. Rio de Janeiro, 2008. Acesso em 1 de junho de 2019. URL: <http://www.polemica.uerj.br/pol23/oficinas/artigos/lipis>

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

VYGOSTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. Martins Fontes - São Paulo. 5ª edição, 1994.